

Memória



C R O N O L O G I A

Outubro de 1975

Banco de Portugal

José da Silva Lopes é nomeado governador do Banco de Portugal durante o VI Governo Provisório liderado por José Pinheiro de Azevedo. O ministro das Finanças é Francisco Salgado Zenha. Ficará até 1980, quando apresenta a demissão ao então ministro das Finanças Aníbal Cavaco Silva.

Novembro

A caminho de Frankfurt

No dia 25 de Novembro, quando Ramalho Eanes contém o contra-golpe, Silva Lopes está a caminho de Frankfurt para se reunir com os responsáveis do Bundesbank e conseguir um empréstimo para Portugal. O encontro tinha sido conseguido por Mário Soares e Salgado Zenha através do chanceler Helmut Schmidt.

Início de 1976

Desvalorizar à socapa

Ainda sob o último Governo Provisório, o de Pinheiro de Azevedo, o governador do Banco de Portugal resolver desvalorizar o escudo sem dizer nada a ninguém, numa actuação que se opunha à vontade dos políticos. Acaba por ter de pôr fim à queda da moeda. Sem a subida dos juros, ainda entrava menos dinheiro no País.

1977

À espera do FMI

É o pior e o melhor ano da vida profissional de Silva Lopes. Dramatizam-se as divergências entre o que queriam fazer os economistas e o que (não) queriam fazer os políticos. No Verão, o País está de novo sem reservas. Silva Lopes vai pedir por favor um empréstimo a Basileia. Este é também o tempo do MIT.



QUANDO O PAÍS ESTEVE À BEIRA DA BANCARROTA

TESTEMUNHOS NA PRIMEIRA PESSOA

SÃO ESTÓRIAS ATRÁS DA HISTÓRIA. JOSÉ DA SILVA LOPES, 78 ANOS, TOMOU CONTA DO PAÍS FINANCEIRO, QUANDO NINGUÉM QUERIA SABER DE FINANÇAS E DEPOIS, QUANDO SE DESCOBRIU QUE SE TINHA GASTO DEMAIS. DE 1974 A 1980, PRIMEIRO NO GOVERNO, DEPOIS NO BANCO DE PORTUGAL, PEDIU EMPRÉSTIMOS, POR VEZES DESESPERADO, LUTOU CONTRA POLÍTICOS, TEVE APOIOS DE AMIGOS ECONOMISTAS NOS EUA E ATÉ TOMOU MEDIDAS ÀS ESCONDIDAS DOS GOVERNOS.

HELENA GARRIDO helenagarrido@negocios.pt

EM BUSCA DE CRÉDITO PELO MUNDO FORA

O Governador do Banco de Portugal está a partir para Frankfurt. “A última imagem que levo, lembro-me muito bem, é a de um sargento barbudo, de Tancos, a dizer ‘vamos a Lisboa pôr isto na ordem’”. No dia seguinte, à hora do almoço, José da Silva Lopes tem uma reunião no Bundesbank. Terá de conseguir convencer os alemães a concederem um empréstimo a Portugal. É dia 25 de Novembro de 1975 e o País está sem dinheiro.

No dia seguinte, antes de seguir para a reunião dos governadores do Bundesbank, Silva Lopes liga a Rui Vilar, seu vice-governador, “para saber como tinha corrido aqui o golpe”. Do outro lado, em Lisboa, Rui Vilar diz

que já tudo acalmou. “Já se compôs, foram derrotados”. E Silva Lopes lá foi mais tranquilo para o almoço no Bundesbank. “Ah, se isto se tinha passado um dia antes, tinha sido um problema”.

Hoje, Silva Lopes ri com mais uma coincidência da história que jogou a favor de Portugal. Ramalho Eanes, recorda, mudou o regime.

José da Silva Lopes, hoje com 78 anos, na altura com 43, estava à frente do banco central desde Outubro de 1975. “Quando entrei para o Banco de Portugal não havia divisas” para pagar as importações. Jacinto Nunes, seu antecessor, “já tinha feito, durante o Verão quente de 1975, um empréstimo junto do Banco

Internacional de Pagamentos (BIS), o banco central dos bancos centrais, dando como garantia o ouro. Mas “o BIS já não emprestava mais”.

A Suíça era o único país ainda disponível. “Fiz um primeiro contacto com os bancos suíços. Estavam dispostos a emprestar, mas em condições leoninas, o que significava que perderíamos o ouro que entregássemos como garantia.”

Antes de se ver obrigado a aceitar as condições dos bancos suíços surge a oportunidade de um empréstimo da Alemanha. “Mário Soares e Francisco Salgado Zenha conseguem que o chanceler Helmut Schmidt desse ordem ao Bundesbank para

continua

(Fotografia arquivo Diário de Notícias) José da Silva Lopes, Vítor Constâncio e Rui Vilar, “os três de Sesimbra”, por ali terem elaborado o Plano Melo Antunes. Ficaram também conhecidos como “o ventre mole da Revolução”, entre finais de 1974 e início de 1975. Do outro lado estão Jacinto Nunes e João Salgueiro que, na altura, estavam no Banco de Portugal.

Memória

AS NOTAS NO 25 DE NOVEMBRO



Soares convenceu os alemães a concederem crédito a Portugal.

continuação

nos fazerem um empréstimo, também com garantia de ouro, mas em condições muito mais aceitáveis que as dos bancos privados suíços”.

Vivíamos no sexto e último Governo Provisório, liderado por Pinheiro de Azevedo. Francisco Salgado Zenha era ministro das Finanças e tinha como secretários de Estado Vítor Constâncio, no Planeamento e Orçamento, e Artur Santos Silva, no Tesouro.

A reunião com o Bundesbank, um almoço com todos os governadores federais, correu bem. “Não dourei a pílula”, diz Silva Lopes. Quando acabou de expôr a difícil situação em que estava o País ouviu: “O que nos acabou de dizer é a informação que temos da nossa embaixada em Portugal”. Imaginem, desafia “o que teria acontecido se eu não tivesse dito a verdade”.

Tudo correu bem. “O Bundesbank emprestou-nos o dinheiro”. Foi o suficiente para outros bancos se disponibilizarem a fazer o mesmo. “Para grande surpresa minha, o banco central da Suíça pediu-me para ir a Zurique, queria oferecer-me também um crédito”. E seguiu-se o Banco de França e o Banco Internacional de Pagamentos (BIS), financiamento com garantia de ouro.

Desvalorizar às escondidas do Governo

O empréstimo de finais de 1975 foi uma solução de curta duração. “O ajustamento continua-

va por fazer”, recorda Silva Lopes. “Não conseguíamos desvalorizar a moeda, o Governo não permitia e era uma luta constante.” Um dos principais opositores da desvalorização era Sousa Gomes. “Os ministérios do Planeamento sempre tiveram a mania que mandavam no Ministério das Finanças”.

É quando Silva Lopes e a sua equipa no Banco de Portugal deixam cair o escudo, gradualmente e discretamente, sem dizer nada ao Governo. Estávamos no início de 1976.

Quando chegava ao banco, na Rua do Comércio, a primei-



Salgado Zenha tinha a pasta das Finanças em Novembro de 75.

ra coisa que Silva Lopes fazia era reunir com o subdirector do Departamento de Estrangeiros para fazer contas às divisas que existiam. Era então informado sobre as divisas que tinham entrado e saído no dia anterior e qual o montante em moeda estrangeira que existia nos cofres do Banco de Portugal.

Todas as operações com o estrangeiro passavam pelo Banco de Portugal, era ali que os bancos compravam moeda estrangeira para entregar aos seus clientes que precisavam dela para pagar aos fornecedores estrangeiros. O montante de moe-

da estrangeira tinha de ser acompanhado diariamente. Só assim se conseguia saber se estava a entrar dinheiro do exterior e o que significavam essas divisas em tempo de importações necessárias ao País.

Era o governador do Banco de Portugal que fixava também todos os dias a taxa de câmbio em relação ao dólar. “E enquanto o Governo não nos desse autorização tínhamos de manter aquela taxa câmbio”.

Mas eis que um dia Silva Lopes se lembra de ir deixando cair o escudo sem dizer nada a ninguém. “Já que não me deixavam desvalorizar, durante dois ou três meses, no início de 76, fui fazendo uns ajustamentos, um bocadinho hoje, outro bocadinho para a semana, umas coisas assim”, confessa 34 anos depois.

Tinha do seu lado a falta de informação do Governo. “Trabalhávamos com a taxa de câmbio efectiva, uma média de moedas”. A falta de transparência da média permitia que se fizessem ajustamentos que se reflectiam depois no dólar.

“Simplesmente, os emigrantes não andavam a dormir, começaram a perceber – , ah estão a deixar cair o escudo? – e começaram a reter o dinheiro”. Verificaram rapidamente, os emigrantes, que se adiassem o envio das remessas conseguiam mais escudos. E quem estava em Portugal ficou com mais motivos para transferir dinheiro para o estrangeiro – o que não era permitido – ou evitar contrair empréstimos internacionais. Sem um aumento das taxas de juro, a política de depreciação não anunciada virou-se contra a entrada de divisas assim que foi percebida.

“E eu acabei por abandonar a política ao fim de um certo tempo e passei a manter a moe-

Portugal tinha de as ter”. “A nossa secção de notas tinha trabalhar horas extraordinárias e foi nessa altura que tomámos a decisão de introduzir a nota de cinco contos, porque não conseguíamos dar vazão aos pedidos do bancos”.

Eis que acontece o 25 de Novembro. “Passada uma semana, o nosso



Foi Michel Rocard (em cima), que viria a ser primeiro-ministro de França, que ajudou a convencer Mário Soares de que era preciso desvalorizar o escudo. Praticamente na mesma altura, o então embaixador dos EUA propõe, em Janeiro de 1977, um plano multilateral de apoio financeiro a Portugal.

problema era exactamente o contrário, fomos inundados por notas que voltaram ao sistema bancário.” O que se pode confirmar nas estatísticas: a procura de notas aumentou exponencialmente e depois desceu, de um dia para o outro.

“E estas coisas, não entram em modelo nenhum, não há modelos para isto.”

da estável até me deixarem desvalorizar.” Mesmo assim, durante esse período fez-se uma depreciação da ordem dos 7%. Sem convencer Mário Soares não se podia fazer nada.

A importância de ser Rocard

A desvalorização gradual demonstrou que era necessária uma queda da moeda num momento único, aquilo que os economistas designam como “desvalorização discreta”. Mas tinha de se convencer Mário Soares.

Eis que vem a Portugal Michel Rocard, socialista, mais tarde primeiro-ministro francês entre 1988 e 1991. “Eue o [Vítor] Constâncio, num almoço no Tágide, convencemos o Rocard a convencer o Soares de que era preciso desvalorizar”, conta Silva Lopes. E no relatório que Rocard fez lá apareceu escrita a vantagem de desvalorizar que convenceu Mário Soares. Já se vivia no I Governo Constitucional, que tomou posse em Setembro de 1976, liderado por Soares.

“Fomos então autorizados pelo Governo a desvalorizar o escudo em 15%”, em Janeiro de 1977. Mas tiveram problemas. O ministro do Plano e da Coordenação Económica, Sousa Gomes, um dos maiores opositores à desvalorização, diz a Soares que, nas contas dele, o Banco de Portugal desvalorizou mais do que o autorizado. Não, diz Silva Lopes com Vítor Constâncio. “Utilizámos a definição do Fundo Monetário Internacional”.

Para o FMI a taxa de câmbio é definida como a moeda estrangeira expressa em moeda nacional, quantos dólares há em 100 escudos, por exemplo, o que correspondia aos 15%. Caso se calculasse quantos escudos há em 100 dólares, a habitual definição de taxa de câmbio, o valor da desvalorização era de facto su-

Robert Solow foi o primeiro a vir a Portugal, em finais de 1974, com Richard Eckaus que em 1976 e 1977 traz na equipa Rudiger Dornbusch, que teve a ideia da desvalorização deslizando, um “génio”.



QUANDO KRUGMAN TRABALHA NA AVENIDA DA REPÚBLICA

perior, da ordem dos 16%. Assim foi explicado. E os ânimos acalmaram.

Tal como o empréstimo do Bundesbank, a desvalorização foi mais uma solução que não resolvia o problema. Os excessos cometidos desde 74 exigiam medidas mais duras de redução do poder de compra. Mas ninguém as queria tomar. O País continuava debaixo da ameaça de colapso financeiro, sem divisas e sem crédito internacional.

O “grande empréstimo” de Carlucci, um ano de espera

Praticamente na mesma altura da grande desvalorização, o então embaixador dos EUA propõe em Janeiro de 1977 um plano multilateral de apoio financeiro a Portugal. “Frank Carlucci, um dos homens mais inteligentes que conheci, saiu-se com a ideia do ‘grande empréstimo’”, conta Silva Lopes.

Carlucci considerava que Portugal deveria ter um financiamento em condições menos exigentes do que as exigidas pelo FMI. Mas não conseguiu convencer os outros países nem, parcialmente, as autoridades norte-americanas.

O dinheiro do “grande empréstimo”, no valor de 750 milhões de dólares, inferior aos mais de mil milhões que Carlucci propôs, só começou a entrar em Portugal na segunda metade de 1978 e mediante a condição de um acordo com o FMI.

O acordo entre 14 países foi assinado em Paris em Junho de 1977 com a condição de Portugal aplicar com o FMI um plano de estabilização. “Felizmente”, diz Silva Lopes. “Porque nós [o Banco de Portugal] falávamos mas o Governo não nos ouvia.”

A “carta de intenções” com

o FMI é assinada em Maio de 78, durante o II Governo Constitucional, formado pelo PS e CDS. O primeiro financiamento foi americano, a maior quota do “grande empréstimo”. No valor de 300 milhões de dólares, foi autorizado pelo governo português a 27 de Julho de 1978. As operações de crédito norte-americanas eram realizadas pelo Tesouro e as da Alemanha através de um crédito concedido pelos bancos privados com garantia do Estado, lembra Silva Lopes.

“O gesto do ‘grande empréstimo’ foi encarado pela banca internacional como uma manifestação de confiança no regime português, na democracia portuguesa”, diz. “E os bancos começaram, lentamente é verdade, a emprestar-nos”. Os primeiros foram os alemães. “Quando fomos negociar com os bancos alemães deram-nos outro tanto sem garantia”.

Um dos países – Silva Lopes admite que tenha sido o Canadá –, em vez de dinheiro deu a Portugal trigo. E até a Venezuela nos emprestou dinheiro. “O presidente da Venezuela era amigo de Mário Soares”.

Mas até ao “grande empréstimo”, que só começa a chegar no Verão de 78, há um País a precisar de ajuda, dividido entre o que queriam os políticos e o que recomendavam os economistas. Um tempo que foi para Silva Lopes o pior da sua vida. “No Verão de 1977 isto estava mesmo mau, antes da chegada do Fundo passei um dos piores momentos da minha vida.”

Num Verão de comboio para Basileia

Em desespero e apesar de todas as negativas recebidas, Silva Lopes vai ao Banco Internacio-

nal de Pagamentos no Verão de 77 em busca de um empréstimo que livre o País do sufoco de ter divisas para dois dias de importações. “Fui a Basileia apresentar o problema, dizer que estávamos numa situação complicada, que daí a dois ou três dias poderíamos já não ter divisas... vejam lá se nos arranjam qualquer coisa.”

O director geral do BIS telefonou então aos governadores dos bancos centrais, nomeadamente ao da Holanda, que presidia ao conselho de governadores do banco, e arranjou um empréstimo de 100 milhões de dólares. E isto “depois de nos ter

FOI FRANK CARLUCCI QUEM TEVE A IDEIA DO ‘GRANDE EMPRÉSTIMO’ A PORTUGAL, EM 1977.

dito uma carga de vezes que não”, lembra Silva Lopes. “O que nos deu um grande alívio.”

Foi desta vez que, para seu espanto, o director-geral do BIS mandou uma pessoa levá-lo até à estação do comboio, tal devia ser o estado de desespero de Silva Lopes. “Já tinha ido a Basileia muitas vezes pedir empréstimos e o banco não fica muito longe da estação de comboios e nunca mandaram ninguém acompanhar-me no regresso, só nesse dia”. Ficou obviamente admirado e a explicação que encontra é que dessa vez “vi-me com uma tal cara que pediu para me levarem ao comboio”.

É nesses meses do Verão de 1977 que estão as piores memórias de Silva Lopes. “Em determinadas alturas estivemos em risco de não termos divisas para pagar todas as importações daí a dois ou três dias”.

Com o problema financeiro a agravar-se diariamente chegaram igualmente as críticas ao Banco de Portugal. “Muita gente, os tais que estavam a impedir que se adoptassem as medidas de ajustamento, quiseram fazer o Banco de Portugal e de mim pessoalmente o bode expiatório”.

Críticas nos jornais e confrontos em reuniões marcam as memórias de Silva Lopes. Lembra-se especialmente de um encontro em casa de Mário Soares, então primeiro-ministro. “Foi quando se quis atirar as culpas para cima do Banco de Portugal, foi uma reunião dramática”. Estava lá Medina Carreira, como ministro das Finanças “com quem me dei sempre bem”. As críticas, os ataques, recorda, vinham de Sousa Gomes, ministro do Plano e Coordenação Económica. E Mário Soares? “Não atacou, mas também não defendeu, manteve-se neutral”. E mais tarde, em Agosto, “Soares é que me deu carta branca para fazer o que fiz a seguir”.

Durante esse Verão, Silva Lopes prometeu a si próprio que não ficaria muito tempo no Banco de Portugal. “Devo dizer que fiquei furioso, poucas vezes fiquei tão furioso”, confessa. “E na altura pensei: Agora não me demito, mas na primeira oportunidade vou fazê-lo, não estou para aturar estes tipos.”

Os 100 milhões de dólares conseguidos em Basileia foram apenas um balão de oxigénio. Já ninguém emprestava dinheiro ao País. E até à concretização do

continua

Houve um tempo em que Krugman esteve cá, no Verão, a trabalhar na Avenida da República, e Solow servia de consolo a Silva Lopes em 1974, por ter feito o primeiro défice orçamental em Portugal desde o tempo em que Salazar tinha subido ao poder. Foram as equipas do MIT que estiveram em Portugal a partir de 74 e que contribuíram em 77 para medidas que evitaram o colapso financeiro antes da ajuda do FMI.

Trabalhavam numa sala no último andar do edifício onde é hoje o Tribunal de Contas e que então pertencia ao Banco de Portugal. “Uma espécie de universidade deles, com quadros onde escreviam”. Quando Silva Lopes queria falar com eles iam ao seu gabinete na Rua do Comércio, onde hoje ainda é a sede do Banco de Portugal.

O apoio do MIT a Portugal nasceu da ami-

zade entre Silva Lopes e Richard Eckaus. O professor do MIT, hoje com 84 anos, foi-lhe apresentado por João Cravinho. Em Outubro de 1974, Silva Lopes era ministro das Finanças e escreve a Eckaus, convidando-o para vir a Portugal. E eis que o professor do MIT vem a Lisboa com Robert Solow.

“Solow criticou-me porque eu não tinha um défice público suficientemente grande, devia ser maior, dizia ele”. Para o membro do Council of Economic Advisers do presidente John F. Kennedy e mais tarde, em 1987, Nobel da Economia, o ministro das Finanças português estava a fazer um défice público pequeno para o estado em que estava a economia. Para Silva Lopes tinha sido uma até aí uma tortura. “E eu, que tinha essa coisa atravessada, de ter feito o primeiro défice orçamental desde o tempo em

que Salazar foi para o poder.” Hoje diz que foi uma das maiores lições que recebeu.

A seguir ao 25 de Abril, a economia portuguesa estava em depressão, com a queda das exportações para a Europa e as colónias, a subida do preço do petróleo (o primeiro choque petrolífero foi em 73) e uma queda brutal do investimento. O remédio era usar a política orçamental e monetária para animar a economia.

Eckaus visita Portugal com mais duas equipas em 76 e 77. A grande estrela era Rudiger Dornbusch. Rudi, como lhe chama quem sobre ele escreve, como Krugman: “Era extraordinário, um génio, merecia uma estátua”. Portugal, diz Silva Lopes, deve-lhe muito.

Aqueles que hoje estão entre os economistas mais conhecidos do mundo, como

Paul Krugman, Kenneth Rogoff e Jeffrey Frankel estiveram em Portugal no ano de 77 e com eles Miguel Bezeza, sempre com Dornbusch e liderados por Eckaus. “Eu tinha medo de falar com o Krugman”, recorda Silva Lopes. “Se dizia uma pequena asneira, ele apanhava-me logo”, diz, a rir. Com Miguel Bezeza também tinha de ter muito cuidado a falar. “Por vezes somos assim desleixados, não pensamos com rigor”, lamenta.

“Foi duro quando não tinha divisas, mas do ponto de vista intelectual foi fabuloso”, recorda Silva Lopes. “As conversas com Solow, negociações com Dornbusch” para a concretização do mecanismo de desvalorização deslizando... “Uma maravilha. No aspecto profissional nunca mais voltei a ter um período como aquele”.

Memória

continuação

“grande empréstimo”, com a entrada do FMI, era preciso tomar medidas. É nesta altura que a amizade de Silva Lopes com o professor do MIT Richard Eckaus se revela preciosa.

Dornbush, Constâncio e a coroa sueca

O pior Verão de Silva Lopes acaba por ser também o tempo das mais gratificantes memórias profissionais. “Estiveram na altura em Portugal aqueles que são hoje a nata dos economistas do mundo”. E contribuíram decisivamente para evitar o colapso antes da entrada do FMI.

Os jovens doutorandos do MIT liderados por Richard Eckaus já tinham estado em Portugal no Verão de 76 e até em 75. Mas é no doloroso Verão de 77 que Rudiger Dornbusch tem a ideia da desvalorização deslizante. Era “a grande estrela das equipas do MIT”, nas palavras de Silva Lopes “um génio” a quem Portugal ficou a dever muito. Morreu, novo, em 2002.

A desvalorização deslizante operou um daqueles milagres que Silva Lopes diz que, por vezes, acontecem em Portugal. Quando o País está quase a bater no fundo, acontece algo que acaba por resolver a situação.

Ainda hoje Silva Lopes fica admirado com o que se passou. “O espantoso é que quando anunciámos o ‘crawling peg’ toda a gente, de repente, ganhou confiança em nós”. Como se deram garantias sobre a evolução da taxa de câmbio e se aumentaram as taxas de juro, os emigrantes, que estavam a reter o dinheiro lá fora, começaram de novo a enviar dinheiro. É verdade que, reconhece Silva Lopes, sofriam de alguma ilusão monetária. Porque afinal continuariam a ganhar mais se mantivessem as poupanças nos países onde que estavam.

“A introdução do ‘crawling peg’ foi a coisa mais importante que fiz no Banco de Portugal”, diz. “A minha glória é pequena comparada com a de Dornbush que teve a ideia, mas enfim, tenho alguma, criei as condições para aquilo funcionar”.

O sucesso do sistema criado por Dornbusch exigia que se levasse em conta aquilo que os economistas conhecem como o “teorema da paridade das taxas de juro”, segundo o qual a taxa de juro externa mais a desvalorização esperada tem de ser igual à taxa de juro interna.

A igualdade não precisava de ser rigorosamente respeitada, já que não existia, como hoje, liberdade total de circulação de capitais. Mas os valores dos dois la-



Pintasilgo lia poemas de Gedeão em Conselho de Ministros.

dos da equação tinham de estar mais próximos. Para isso era preciso aumentar a taxa de juro ou, se não se quisesse subir muito o preço do dinheiro e limitar a queda mensal da moeda, era preciso lançar o mecanismo de desvalorização deslizante com o escudo a valer menos do que valia.

A equipa do MIT recomendava uma desvalorização mensal de 1% ao mês, que em termos anuais corresponderia em termos grosseiros à diferença entre a taxa de inflação em Portu-

um conjunto de outras medidas. Mas não havia o sim para uma desvalorização inicial. “Deixámos então cair o escudo em mais de 4%, durante uma semana, sem dizer nada a ninguém, assim à bruta”, antes da entrada em funcionamento do mecanismo de “crawling peg”. E é nesta altura que “aconteceu a tal anedota da coroa sueca”.

Soares estava no Algarve e alguém o avisa que aqueles tipos do Banco de Portugal estavam a deixar cair o escudo – suspeita-se que Sousa Gomes, que protagonizou por várias ocasiões a oposição à desvalorização. Mário Soares liga de imediato para Vítor Constâncio para saber o que se estava a passar. A queda do escudo? “É por causa da coroa sueca”, explica-lhe Constâncio. Soares aceita a justificação. De facto tinha sido notícia a desvalorização da moeda sueca.

O contributo das empresas públicas

Pela experiência de confronto constante, Silva Lopes está



Mário Soares assumiu as dores do reajustamento com o FMI.

gal e nos seus parceiros comerciais. Mas para isso era preciso aumentar as taxas de juro mais do que queria o Banco de Portugal. “Nós não queríamos aumentar muito as taxas de juro”, conta Silva Lopes. Para se conciliar a desvalorização deslizante de 1% com uma subida mais moderada das taxas de juro, Dornbusch e a sua equipa sugerem que se faça uma desvalorização inicial, antes da entrada em vigor do “crawling peg”.

Estava criado um problema: para desvalorizar era preciso autorização política. Estávamos em Agosto de 1977, no Governo liderado por Mário Soares e com Medina Carreira no Ministério das Finanças.

O mecanismo de desvalorização deslizante estava autorizado e seria acompanhado por

convencido que só se conseguiram adoptar medidas tão duras, como a desvalorização e a subida de taxas de juro “porque a situação era desesperada, estávamos sem divisas e já nos tínhamos comprometido a ir ao Fundo”. Caso contrário, diz, “o Governo não nos tinha deixado fazer isso”.

O sistema de desvalorização deslizante começa a funcionar em Agosto de 1977. O escudo começa a ser depreciado 1% ao mês com valores pré-anunciados a seis meses e garantia de taxa de câmbio no final desse período. “Se alguém quisesse fazer um contrato de futuros com o Banco de Portugal, ao fim de seis meses pagávamos aquele valor mesmo que tivéssemos desvalorizado mais”.

Hoje, Silva Lopes confessa:

“Eu aldrabei aquilo um bocadinho, e isso é responsabilidade minha e não do Dornbusch”. Uma das “aldrabices” está na garantia de taxa de câmbio que só era feita para alguns e não para todos. As divisas escasseavam e era preciso geri-las com prudência e até forçar a entrada de moeda estrangeira.

Outro exemplo de gestão menos ortodoxa do “crawling peg” está na relação com as empresas públicas. “Andávamos atrás das empresas públicas para se endividarem”, conta Silva Lopes. “Como havia falta de dinheiro era frequente eu pegar no telefone e ligar por exemplo à EDP ou à EPAC (que importava cereais) e perguntar, ‘vocês não precisam de dinheiro estrangeiro?’, ‘Ah não, não precisamos de nada’, respondiam. Aí eu dizia ‘Desculpem lá, mas vão contrair um empréstimo de 50 milhões dólares’. E eles iam.”

As empresas públicas contraíam o empréstimo e entregavam as divisas ao Banco de Portugal, trocadas por escudos, mesmo que não precisassem deles. “A economia nacionalizada tinha algumas virtudes”, diz Silva Lopes a rir. E nestes casos “é claro que lhes tínhamos de dar a garantia da taxa de câmbio se não estávamos a destruir as empresas”. Nos outros casos a garantia de taxa de câmbio pouco ou nada funcionava.

As novas guerras cambiais com Pintasilgo

Quando se concluíram as negociações com o FMI, com a carta de intenções assinada em Maio de 1978, Silva Lopes cumpre o que tinha prometido a si próprio: pede a demissão de governador do Banco de Portugal. Mas é pressionado para ficar por Soares – que o convida para almoçar no Altis – e por Ramalho Eanes – que Silva Lopes tinha conhecido nas reuniões em casa de Melo Antunes, nos idos de 1975. Acaba por ficar. E por enfrentar novas batalhas, por causa da desvalorização do escudo e das divisas, na altura dos governos de iniciativa presidencial.

A primeira batalha foi com Sousa Franco, ministro das Finanças do governo de iniciativa presidencial liderado por Maria de Lurdes Pintasilgo. “Sou muito teimoso”, confessa Silva Lopes. “Prefiro jogar o lugar a ceder nas minhas opiniões quando considero que tenho razão”.

O Ministério das Finanças, conta Silva Lopes, tinha feito um empréstimo externo e estava cheio de divisas. “Nós no Banco de Portugal tínhamos”. E “cada



O CASACO NOVO DE FRANKEL

Jeffrey A. Frankel hoje professor em Harvard tinha 24 anos em 1976. Entre Maio e Agosto estava em Lisboa. Fazia parte da segunda equipa do MIT liderada por Richard Eckaus. Um dia o governador do Banco de Portugal mandou-o chamar. Frankel enfia rapidamente o casaco. “Eh pá! ao menos tira o letreiro”. Tinha-se esquecido de tirar a etiqueta.

A história foi contada por Frankel a Silva Lopes anos depois, num jantar em que ficaram ao lado um do outro. “Sabe que a primeira vez que vim a Portugal nunca tinha vestido um casaco”. Quando o convidaram para integrar a equipa do MIT foi comprar um casaco e gravata para usar nas reuniões com os ministros e o governador do banco central. “Achei delicioso”.

vez que o Tesouro precisava de divisas ia ao Banco de Portugal”. Até que um dia Silva Lopes diz: “Não vendemos mais divisas ao Tesouro, que utilizem as deles”. Claro que esta posição do Banco de Portugal abriu uma guerra entre Silva Lopes e Sousa Franco.

Um conflito de curta duração. Rapidamente se uniram contra outros adversários, “de novo um ministro do planeamento” que terá conseguido fazer aprovar no Conselho de Ministros do Governo Pintasilgo a redução simultânea das taxas de juro e da desvalorização do escudo. Sousa Franco não tinha estado na reunião, discordava da decisão e de repente ministro das Finanças e governador do Banco de Portugal viram-se “do mesmo lado da barreira, amigos outra vez”.

Silva Lopes assume uma posição dura. “Comuniquei que, como aquelas decisões, de acordo com o quadro legal, só entravam em vigor através de um Aviso do Banco de Portugal, eu não o assinaria”. Assim sendo, “ou me punham no meio da rua e publicavam os avisos, ou então não havia nada”.

O então Presidente da República Ramalho Eanes intervém. Chama Silva Lopes, diz-lhe que está a criar um problema a Pintasilgo. “Senhor Presidente, a única coisa que procuro preservar na vida é alguma reputação profissional. Como considero que isto é um disparate e não colaboro num disparate, ponham-me na rua...”

Silva Lopes não foi para a rua, caiu entretanto o Governo. Mesmo antes de o governador ter utilizado os argumentos, já entregues a Sousa Franco, contra a redução da desvalorização deslizando e a redução das taxas de juro que entretanto estavam a elaborar os economistas do Banco de Portugal Aníbal Cavaco Silva e Miguel Beza.

Chegam as eleições que dão a vitória à Aliança Democrática e que conduzem Cavaco Silva a primeiro-ministro. Silva Lopes vem a saber que há pressões, especialmente por parte do CDS, para o substituírem no cargo de governador. Contam-lhe que Cavaco terá dito: “Não contem comigo para demitir Silva Lopes”.

Mas Silva Lopes estava apenas a espera da sua oportunidade. “Pedi a demissão e penso que Cavaco Silva até a aceitou com algum alívio”, recorda, sem mágoa. O actual Presidente da República, “sempre se comportou bem comigo”. Jacinto Nunes assume então o cargo de governador.

Em 1980, o ministro das Finanças Cavaco Silva valoriza o escudo em 6% e reduz o ritmo de desvalorização mensal de 1% para 0,5%.

Cavaco Silva ainda desafia Silva Lopes a ir para a CGD. “Eu não quis e fiz muito bem...”. Ficou apenas como consultor. Nos anos 80, Silva Lopes trabalha para o FMI e o Banco Mundial. **w**



Encontro Luso-Americano: Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros, e o embaixador norte-americano Frank Carlucci, em 1976 (na ponta esquerda). A fotografia da página ao lado retrata a queda do I Governo Constitucional, em Dezembro de 1977. Ao lado de Mário Soares, durante a discussão da Moção de Censura, surgem Henrique de Barros, Jorge Campinos e Maldonado Gonelha. (Fotos do arquivo da Fundação Mário Soares).

MINISTRO DAS FINANÇAS EM TEMPOS DE REVOLUÇÃO

JOSÉ DA SILVA LOPES TINHA 42 ANOS QUANDO A DITADURA CAIU, COM A REVOLUÇÃO DE 1974. DURANTE POUCO MAIS DE 10 MESES ESTEVE À FRENTE DAS FINANÇAS DE PORTUGAL. NO TEMPO EM QUE MUITOS QUERIAM MUDAR O MUNDO TINHA DE SE PREOCUPAR SE HAVIA DINHEIRO PARA PAGAR AS CONTAS. FEZ O PRIMEIRO DÉFICE PÚBLICO DESDE QUE SALAZAR TOMOU O PODER E SÓ A VISÃO DO NOBEL ROBERT SOLOW O DEIXOU MENOS AMARGURADO. NOS PRIMEIROS TEMPOS DESCOBRIU QUE A IGUALDADE E FRATERNIDADE PODIAM SER APENAS PALAVRAS DE ORDEM, QUANDO TENTOU DISTRIBUIR OS PRÉMIOS DE ALGUNS POR TODOS. PORQUE SE OPÔS AO AVAL DO ESTADO A UMA TINTURARIA FICOU CERCADO E FUGIU PELAS TRASEIRAS DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. A SUA ESTÓRIA ATRÁS DA HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO ATÉ 1975

ACOMPANHE NAS PÁGINAS SEGUINTES

Memória



Dez meses nas Finanças

Maio 1974

A estreia no Governo

Silva Lopes entra para o I Governo provisório, liderado por Adelino da Palma Carlos e que tomou posse a 16 de Maio de 1974. Era secretário de Estado das Finanças de Vasco Vieira de Almeida, que tinha a pasta da Coordenação Económica e hoje é um conhecido advogado. Não ia às reuniões de Conselho de Ministros.

Verão de 1974

As reivindicações

É como ministro das Finanças do II Governo Provisório que vive dois casos que o surpreendem. Quando tenta distribuir por todos um prémio que era só dado a alguns e os alguns se revoltam, e quando tem de fugir pelo sótão do edifício cercado por trabalhadores de uma tinturaria que queria o aval do Estado.

Finais de 1974

O Plano Melo Antunes

Entre 1974 e 1975 integra, com Vítor Constâncio e Rui Vilar, a equipa que elabora o que ficou conhecido como “Plano Melo Antunes”. Todos acabarão por ser criticados e considerados “o ventre mole da revolução”. As nacionalizações de 11 de Março de 1975 acabam por deitar por terra as ideias dos “três de Sesimbra”.

Julho de 1975

A saída do Governo

No IV Governo Provisório, Silva Lopes é ministro do Comércio Externo. Ali fica de Março até Julho, saindo quando o PS abandona o Executivo. Neste cargo é criticado por não criar empresas públicas para exportar, e chega a ser ameaçado por ourives, depois de ter criado uma sobretaxa sobre o ouro.

CERCADO NO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UM CAPITÃO DE INFANTARIA NO BANCO DE PORTUGAL

Verão de 1974, poucos meses depois da Revolução

Os trabalhadores da tinturaria Cabournac, nos arredores do Cacém, vão ao Ministério das Finanças exigir um aval para obterem um empréstimo. Silva Lopes era o ministro das Finanças do II Governo Provisório e o primeiro dirigido por Vasco Gonçalves. Acaba o dia cercado e tem de fugir pelo sótão do Ministério das Finanças para sair pela Rua da Alfândega. Num regresso ao passado, Silva Lopes encontra aquele que era um sótão pouco iluminado e com traves de madeira transformado, na sua grande parte, em arquivo.

Mais de oitenta trabalhadores da Cabournac estão à frente do Ministério das Finanças na rua virada para o rio. Silva Lopes diz que recebe apenas uma delegação. Entraram duas dezenas pelo seu gabinete que é hoje uma sala de reuniões. “Pedi a Costa Leal, na altura secretário de Estado do Orçamento, para ligar a Vasco Gonçalves.” E foi explicando aos trabalhadores que não podia dar o aval, que tinha de ser aprovado em Conselho de Ministros.

“Depois de muita conversa”, conta Silva Lopes, “desceram e com megafones explicaram à multidão o que se passava e que não saíam dali”. Tentaram invadir o Ministério das Finanças pelo único portão que existia na altura, o de ferro forjado, mas rapidamente foram impedidos pela guarda fiscal, que fechou os portões.

“Ficámos cercados.” Com Silva Lopes estava o seu secretário de Estado do Orçamento e a equipa do seu gabinete. Preparavam-se para passar a noite no Ministério das Finanças até que um contínuo lhes diz que há uma saída pelas mansardas para a Rua da Alfândega. Lá vão pela escada e atravessam com lanternas o sótão que vai do meio do edifício virado para rio até ao outro lado. “Éramos cerca de nove pessoas, o chefe de Gabinete, Costa Leal e as secretárias.” Atravessam um sótão feito de traves de madeira no chão e no tecto, e encontraram então a escada que desce do sótão até à Rua da Alfândega. “E fomos para casa.” Como, já não se recorda. Talvez de táxi.

No dia seguinte, em Conselho de Ministros, o aval do Estado à tinturaria Cabournac foi aprovado. Vasco Gonçalves diz solenemente a Silva Lopes: “Em nome do povo português quero pedir-lhe desculpa pelo que se passou ontem.”

Regresso ao passado

Num regresso ao passado refazemos o caminho de há 36 anos. Saímos da zona do gabinete do ministro que dá para a escadaria central até ao segundo piso. Por uma escada mais estreita chegamos a uma porta verde onde a vermelho se lê que é “proibido fumar”. Entramos. Corredores estreitos, de um lado uma parede e do outro uma rede através da qual se vêem estantes e estantes com dossiês, papéis, o arquivo. “Nada disto existia”, diz Silva Lopes entre o desanimado e o admirado.

Prossequimos sempre ladeados pelos arquivos do Ministério

Vasco Gonçalves dirige-se um dia ao ministro das Finanças Silva Lopes e diz-lhe: “O MFA (Movimento das Forças Armadas) acha que João Salgueiro é reaccionário.” E quer tirá-lo do cargo de vice-governador do Banco de Portugal. Silva Lopes opõe-se. “Não faça uma coisa dessas”, disse, “João Salgueiro é competente e honesto.” E tentou uma solução conciliadora. “Como há mais um lugar na administração, escolha uma pessoa da sua confiança.” Vasco Gonçalves concordou. Quem escolhe Vasco Gonçalves? “Um capitão de infantaria, simpático, honesto, até era de economia mas não tinha curriculum.” E que compreendeu que não era a pessoa certa para o lugar. Silva Lopes diz não a Vasco Gonçalves e, passados uns dias, o primeiro-ministro propõe-lhe a nomeação de Mário Murteira. Que Silva Lopes conhecia e aprovou. Combinou-se então que seria Silva Lopes, o ministro das Finanças, a propor o nome em Conselho de Ministros. Assim o fez. O ministros aprovaram mas não concordaram. Um deles, quando terminou a reunião, levou Silva Lopes para um canto e pergunta-lhe: “Sabe o que acabou de fazer. Acaba de pôr o PCP no Banco de Portugal.” João Salgueiro acaba por ser saneado a 11 de Março. Na mesma altura, Mário Murteira foi considerado como sendo do PCP.



Vasco Gonçalves (em cima, à esquerda) quis substituir João Salgueiro no Banco de Portugal. Silva Lopes opôs-se sugerindo que se ocupasse o lugar que ainda existia vago no banco central.

ONDE É QUE ESTAVA NO 25 DE ABRIL?

Numa reunião em Paris, era onde estava José da Silva Lopes quando em Portugal a Revolução de Abril derrubou a ditadura. “Estava com o embaixador Ruy Guerra e com Ernâni Lopes em Paris, e quando chegámos ao aeroporto para regressar a Lisboa disseram-nos que não havia avião, porque ‘há uma revolução em Portugal’.”

Foram então de avião até Madrid e daí apanharam um táxi para Lisboa. Em Madrid, Silva Lopes quis ir ver uma peça de Bertolt Brecht, “O Círculo de Giz caucasiano”. No dia seguinte, a caminho de Lisboa, quis fazer mais uma incursão turística, insistiu em ir a Trujillo e convenceu o embaixador. Ainda recentemente, diz Silva Lopes, Ernâni Lopes se queixou dizendo que “o chato do Silva Lopes ainda quis ir a Trujillo”.

Em Portugal esperavam-no cinco anos em que foi ministro das Finanças, durante 10 meses, e governador do Banco de Portugal, num dos períodos mais difíceis da história financeira do País.

Memória



1



2



3

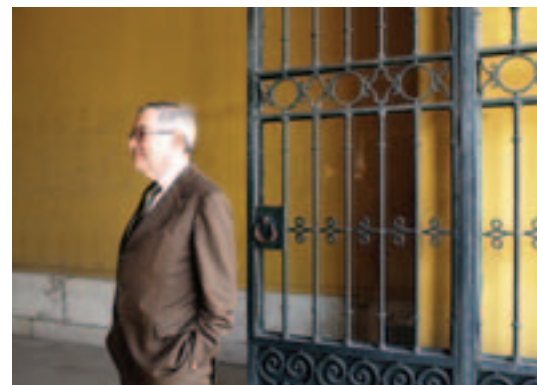


4

1. No pátio interior do Ministério das Finanças, que em 1974 atravessava para almoçar na cantina; 2. A actual sala de reuniões era o gabinete de Silva Lopes; 3. Na varanda virada para o pátio onde Constâncio tentou acalmar os trabalhadores; 4. No sótão por onde fugiu em 1974 e que hoje é, em grande parte, arquivo; 5. No corredor que vai dar à Rua da Alfândega; 6. No portão que no Verão de 1974 a polícia fechou para proteger o ministro.



5



6

continuação

das Finanças até que finalmente entramos numa zona onde se mantém parcialmente o antigo sótão. “Ah, sim, era parecido com isto mas existiam umas traves de madeira no chão e tínhamos de andar por umas passadeiras estreitas.”

As traves de madeira deram lugar a estruturas de betão que suportam o telhado e atravessam o chão. Algumas telhas de vidro deixam passar a luz do dia. “Ainda bem que existe este canto aqui para mostrar como era”, confessa. E ainda hoje seria uma aventura atravessar aquele sótão.

Para Silva Lopes, fugir pelas mansardas do Ministério das Finanças não foi o pior que tem na sua memória. Houve coisas mais graves, diz. “Mais dramático foi estar no Banco de Portugal sem divisas.”

Ou, pior ainda, “quando estava no Comércio Externo a ser ameaçado que me atirariam pela janela”. Aconteceu em 1975, quando, durante pouco tempo, foi ministro do Comércio Externo do IV e último Governo de Vasco Gonçalves, aquele que o PS abandona a 16 de Julho, e Silva Lopes também, na sequência do designado “caso República”. “Decidi na altura aplicar uma sobretaxa sobre o ouro”, recorda. Por causa disso, “recebi elementos de um sindicato dos ourives que ameaçaram atirar-me pela janela”. Assim directamente? “Não, disseram-me assim: “Vê aquela janela?” – a do seu gabinete.

A ilusão da igualdade

Quando Silva Lopes assumiu a pasta das Finanças, ainda no I Governo provisório de Adelino da Palma Carlos em



Melo Antunes, capitão de Abril, tem o seu nome ligado ao plano que hoje é visto como esquerdista mas que na altura foi considerado de direita. Nele participaram Silva Lopes, Vítor Constâncio e Rui Vilar.

que era secretário de Estado de Vasco Vieira de Almeida, tentou aplicar os princípios da igualdade.

“Existia um sistema de emolumentos para os trabalhadores dos impostos e das alfândegas.” Silva Lopes resolveu então, dentro do espírito da Revolução, fazer um “decreto-lei determinando que o montante dos emolumentos seria igualmente distribuído por todos”. E gerou uma revolução.

No pátio interior do Ministério das Finanças, Silva Lopes recorda agora que se juntaram os trabalhadores dos impostos e das alfândegas revoltados com a distribuição das verbas dos emolumentos por todos os funcionários do Ministério. Silva Lopes não estava. Vítor Constâncio, então secretário de Estado do Planeamento, dirige-se à varanda virada para o pátio para falar com os trabalhadores. “Vítor Constâncio tentou explicar a decisão e fazer o apelo à equidade e à igualdade, ao socialismo”, recorda Silva Lopes. Foi ameaçado pelos trabalhadores. “Foi aí que percebi que não se ia lá com a racionalidade.”

Naquele mesmo pátio interior, na parte virada para o rio, Silva Lopes recorda-se ainda de ver na altura “umas senhoras de idade que vinham receber os juros dos títulos perpétuos emitidos nos anos 30 e que davam um juro de 2% ou 3%”. Eram mulheres que já tinham sido mais prósperas, as roupas eram antigas mas de qualidade. Um roubo do Estado, lamenta. Aqueles títulos não valiam já nada. Mas todos os meses lá estavam elas na Junta de Crédito Público a receber os juros que pouco ou nada valiam. **w**

OS VENTRES MOLES DA REVOLUÇÃO

Nos primeiros meses após o 25 de Abril viveu-se quase a utopia. Do tempo em que participou nas reuniões do Conselho de Ministros – no segundo e terceiro de Vasco Gonçalves, de Julho de 1974 a Março de 1975 – lembra-se de como se passou da absoluta concórdia para a discórdia.

“Existia uma grande cordialidade e cooperação, sem facções políticas.” Maria de Lurdes Pintasilgo lia versos de António Gedeão. E um dia, por exemplo, conta Silva Lopes, a TAP estava em greve e Álvaro Cunhal disse: “os meus camaradas vão apanhar uma grande carga e a greve tem de acabar.” As divisões começam quando, no início de 1975, se colocou o problema da unicidade sindical.

Silva Lopes nunca foi propriamente um revolucionário. Participa activamente com Vítor Constâncio e Rui Vilar no Plano Melo Antunes. Ficarão conhecidos como os “três de Sesimbra” porque ali ficaram num hotel a elaborar o plano. Para outros são “o ventre mole da revolução”.

Aos olhos de hoje, o Plano Melo Antunes é considerado esquerdista. Na altura, Silva Lopes, Rui Vilar e Vítor Constâncio eram “o ventre mole da revolução”. Nem as nacionalizações propunham, só intervenções.

CONTRABANDO NAS FINANÇAS?

Hoje o pátio interior do Ministério das Finanças está transformado num parque de estacionamento. Na altura em que Silva Lopes esteve no Ministério das Finanças, durante pouco mais de 10 meses, entre 16 de Maio de 1974 e Março de 1975, além dos serviços existia uma cantina que dava para o pátio, onde o ministro também ia almoçar com a sua equipa. E num dos cantos uma loja. Pertencia a um contínuo que usava as instalações do Ministério para vender tabaco, whisky e café. “De contrabando”, garante Silva Lopes. “Para que se veja que a corrupção não é de hoje.” E por isso diz que teve pouca coragem. “Nunca fiz nada para acabar com aquilo.”

Hoje ainda há no Ministério quem se recorde do cantinho onde o contínuo tinha a sua loja, no sítio onde é agora o centro de formação. Mas ninguém se recorda de alguém ter alguma vez considerado que aquilo era contrabando.